

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 03 de julho de 2023 às 07h58
Seleção de Notícias

Terra - Notícias | BR

Marco regulatório | INPI

Pesquisadores depositam patente no INPI para tratar câncer de mama 3
NOTÍCIAS | AGÊNCIA BRASIL

Correio Braziliense | BR

01 de julho de 2023 | Patentes

Novas tecnologias não caem de paraquedas 5
OPINIÃO CORREIO BRAZILIENSE

Agência Sebrae de Notícias | BR

Denominação de Origem

Evento sobre Indicações Geográficas mostra como o registro pode aumentar o orgulho dos artesãos 7

Jota Info | DF

Direitos Autorais

PL das Fake News: relator diz que definição de regulador é o principal impasse 9
CAROLINA INGIZZA

Migalhas | BR

Propriedade Intelectual

MIGALHAS nº 5.633 11

Pesquisadores depositam patente no INPI para tratar câncer de mama

NOTÍCIAS

Um grupo de dez pesquisadores das universidades Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Federal Fluminense (UFF) depositou patente no **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**INPI**) para tratamento contra o câncer de mama.

O estudo descreve o desenvolvimento de um novo composto sintético direcionado à proteína conhecida como p53 quando ela apresenta mutação. Os testes realizados apontaram para essa substância capaz de reverter a função da proteína mutada. A patente é fruto de duas teses de doutorado da UFF e da UFRJ.

O professor da Faculdade de Farmácia da UFF, Vitor Ferreira, que integra o grupo de pesquisadores, explicou à Agência Brasil que a proteína p53 "supostamente" deveria ser a guardiã do genoma humano. O coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Biologia Estrutural e Bioimagem (Inbeb) e professor da UFRJ, Jerson Lima, disse que essa proteína atua como protetora do DNA, suprimindo o aparecimento de tumores. Quando, porém, ela sofre uma mutação dentro do organismo, perde sua função protetora e passa a estimular o crescimento do tumor e a torná-lo mais resistente a drogas.

"Ela passa a trabalhar contra e essa célula passa a ser uma célula tumoral", explicou Ferreira. "Em mais de 90% das células tumorais, a proteína p53 sofre mutação e perde a função dela", sustentou. O tipo de tumor de mama usado na pesquisa pelo grupo é chamado tumor negativo.

A pesquisa recebeu financiamento de R\$ 2 milhões,

divididos meio a meio entre a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Um artigo de revisão do trabalho foi publicado esta semana no periódico internacional Chemical Review.

Progresso

"A gente acredita que essa substância é a mais promissora de todas porque deu um efeito grande, inclusive reduzindo o tumor em animais e atuando, principalmente, na descoberta, que o nosso grupo foi pioneiro, que é a capacidade de mutações da p53", afirmou Lima.

Os pesquisadores já estão conversando com uma empresa farmacêutica que estaria interessada em realizar os estudos clínicos em humanos. Essa etapa é necessária e pode resultar na fabricação do primeiro fármaco no Brasil para tratamento de câncer de mama, destacou Vitor Ferreira.

Jerson Lima acrescentou que se não se desenvolver alguma nova terapia para atacar as mutações da p53, cerca de meio bilhão de pessoas hoje vão morrer de câncer no planeta. Vitor Ferreira lembrou que o grupo levou seis anos de trabalho até descobrir essa molécula, qual foi o seu mecanismo de ação e como ela atuou na p53.

Moléculas

Os pesquisadores estão investigando também outras

Continuação: Pesquisadores depositam patente no INPI para tratar câncer de mama

moléculas. De acordo com Vitor, vários grupos internacionais estão buscando novas terapias para a mutação da proteína p53.

A patente depositada no Brasil deriva de uma naf-toquinona, que é uma substância produzida pelo me-tabolismo de algas, líquens, fungos, plantas, animais e em seres humanos. O composto foi obtido - de for-

ma sintética - a partir da vitamina K3 e possui atividade dez vezes mais potente que outras drogas na redução dos tumores de mama, em especial para os tumores de mama que possuem a proteína p53 al-terada, informou a Faperj, por meio de sua assessoria de imprensa.

Novas tecnologias não caem de paraquedas

OPINIÃO CORREIO BRAZILIENSE

propriedade intelectual, conjunto de direitos que protege os ativos intangíveis resultantes da pesquisa científica, foi o ponto central das discussões.

O título deste artigo remete à frase do Senador Izalci Lucas (PSDB) em um dos painéis do recente Seminário LIDE de **Propriedade** Intelectual do qual participei. Neste encontro, membros do Executivo e do Congresso debateram com destacados acadêmicos e especialistas da indústria a importância da **propriedade** intelectual como instrumento de indução à inovação. A **propriedade** intelectual, conjunto de direitos que protege os ativos intangíveis resultantes da pesquisa científica, foi o ponto central das discussões.

O maior debate proposto aos presentes foi sobre como a (in)segurança jurídica afeta diretamente os investimentos em inovação. Questionou-se se caberia, em prol aumentar acesso a tecnologias no curto prazo, prejudicar demasiadamente o desenvolvimento de novas tecnologias no longo prazo. Afinal, é sabido que o progresso científico e tecnológico que beneficiam a toda a sociedade não são alcançáveis com ecossistema jurídico regulatório instável e imprevisível, e em curto prazo.

Na mesma linha da fala do senador Izalci, já adverte a economista italiana Mariana Mazzucato em seu livro *The Value of Everything*: soluções inovadoras para os problemas da sociedade são resultado de trabalho coletivo e de investimentos de longo prazo. Inovar é um processo demorado, incerto e custoso, dependente de grande soma de capital humano e financeiro além de rede de colaboração entre diversos técnicos. Neste ponto, oferecer ambiente seguro para que tais investimentos possam ocorrer é passo fundamental para promover ecossistema inovador de su-

cesso.

No caso da indústria farmacêutica, estudos demonstram que a segurança e previsibilidade do sistema de **propriedade** intelectual é ainda mais importante, como apresentado pelo professor Gesner de Oliveira (FGV). Os números falam por si: comprovou-se que no Reino Unido investimentos em P&D para buscar novos medicamentos seriam reduzidos em mais de 60% na ausência de **patentes** e, nos EUA, 65% dos novos medicamentos não existiriam. Em outras palavras, sem proteção da **propriedade** intelectual às novas invenções, no longo prazo a humanidade não acessará novos medicamentos e terapias aptas a trazer maior qualidade de vida aos pacientes, e com certeza, a cura para muitas doenças.

E aqui reforçamos: os investimentos estão sendo feitos. Dados da consultoria IQVIA demonstram que apenas as 15 maiores empresas farmacêuticas globais investiram impressionantes US\$ 138 bilhões em pesquisa de novas moléculas em 2022, um aumento de 43% em relação a 2017. O resultado? No último ano, foram identificadas 64 novas substâncias ativas, um número expressivo que supera os anos anteriores à pandemia de Covid-19. Essas substâncias são esperança de novas soluções para doenças hoje existentes.

Outro aspecto relevante sobre o processo de inovação no setor farmacêutico é o tempo. O desenvolvimento de um novo medicamento demanda cerca de 10 anos de pesquisa e testes rigorosos desde a identificação de nova molécula até a conclusão das várias fases de pesquisa clínica necessárias à aprovação junto aos órgãos reguladores. Logo, a estabilidade normativa e regulatória também pesa na tomada de decisão quanto aos investimentos desse setor.

Para pacientes que padecem das enfermidades mais

Continuação: Novas tecnologias não caem de paraquedas

complexas hoje, o tempo também é de suma importância. Assim que novas tecnologias em saúde precisam estar disponíveis para a população. Medicamento certo é aquele que tem dose certa, para o paciente certo, hora certa! Infelizmente, levantamento da **Interfarma** demonstra que o Brasil recebeu apenas 37% dos 460 medicamentos que foram lançados entre 2012 e 2021 no mundo. Pacientes brasileiros com doenças raras, oncológicas, infecciosas, hematológicas, cardiológicas dentre outras tem menor acesso aos medicamentos mais inovadores do que a média dos países da OCDE, em parte pela incapacidade do país de demonstrar segurança jurídica e alinhamento a padrões internacionais na proteção da **propriedade** intelectual. Recente estudo consultoria Copenhagen Economics demonstrou, comparando 53 países, que se o Brasil adotasse padrões internacionais para proteção do dossiê regulatório dos medicamentos inovadores apresentado à **Anvisa** haveria aumento de quase 40% destes medicamentos no mercado nacional.

A inovação na indústria farmacêutica depende fortemente dos investimentos em P&D realizados hoje, visando o futuro tratamento de doenças que ainda não foram completamente compreendidas. A preocupação em garantir acesso e cura de doenças futuras destaca a importância de uma visão estratégica da **propriedade** intelectual no Brasil e a necessidade de um ordenamento jurídico que ofereça segurança e

proteção aos investimentos no setor. Garantir segurança jurídica e regulatória é privilegiar investimentos em novas tecnologias, que por consequência trará o desenvolvimento de um ecossistema capaz de garantir qualificação técnica a pesquisadores no Brasil, aumentando as pesquisas clínicas realizadas em centos de pesquisas nacionais, poderá aumentar o PIB brasileiro em cerca de US\$ 6,6 bilhões, e por fim pode transformar o Brasil em um excelente país para P&D farmacêutico.

Por fim, um ambiente regulatório favorável e eficiente é capaz de garantir a proteção da **propriedade** intelectual e promover a competitividade do setor farmacêutico, atraindo mais investimentos e mais tecnologias inovadoras já disponíveis em outros países. A criação de políticas públicas adequadas, o fortalecimento dos órgãos responsáveis pela **concessão** de patentes e a harmonização legislativa a padrões internacionais são elementos essenciais para impulsionar a inovação e o desenvolvimento científico no país. E com isso, promover maior acesso a modernos medicamentos que garantem e garantirão melhor qualidade de vida aos pacientes brasileiros.

RENATO ALENCAR PORTO, presidente executivo da **Interfarma** (**Associação** da Indústria Farmacêutica de Pesquisa)

Evento sobre Indicações Geográficas mostra como o registro pode aumentar o orgulho dos artesãos

Por Da Redação

O sentimento de pertencimento. Esse foi o mote do último dia do encontro Origens Brasileiras Artesanato - I Evento Internacional de **Indicações** Geográficas de Artesanato, realizado nos dias 29 e 30 de junho, no Centro Sebrae de Referência do Artesanato Brasileiro, no Centro do Rio de Janeiro. O encontro reuniu especialistas e artesãos do Brasil, Peru, Colômbia, México e França.

O evento, que discutiu problemas comuns e delineou as potencialidades das **Indicações** Geográficas de Artesanato, mostrou que as chamadas IGs são baseadas em dois grandes pilares: proteção e promoção. Proteção para o artesão que sabe que suas obras não serão copiadas - e se forem, ele tem recursos para se defender; e a promoção dessa mesma criação para consumidores que podem reconhecer à primeira vista se aquele produto é autêntico, diferente de itens similares no mercado.

"Uma transformação está acontecendo no Brasil com as IGs. Uma transformação da qualidade de baixo para cima, que nasce do sentimento de pertencimento, do orgulho com que os artesãos fazem suas criações" opinou Hulda Giesbrecht, analista de Inovação do Sebrae, participante de uma das mesas na manhã desta sexta-feira (30).

"As IGs mostram a identidade de uma região, expressam um capricho no fazer. Nós temos um potencial para elevar os produtos com as IGs. É um novo Brasil", acrescenta Hulda.

Orgulho do próprio trabalho esteve presente nas falas de diferentes artistas, como José Jesús Rivas López, das Cerâmicas de Chulucanas, do Peru. Ele sabe que o selo que as suas cerâmicas estampam apresenta os seus produtos como únicos e que manter o sistema de controle assegura a qualidade final. Mas há outro ele-

mento que o mantém no trabalho por cerca de 30 anos: "Somos ceramistas e artistas, somos sensíveis", contou, ao final de sua fala, para aplauso da plateia que reuniu muitos outros artesãos e artistas.

Como o joalheiro e artista Luiz Evandro Triers Filho, da IG de Pirenópolis, que falava com orgulho dos detalhes, da variedade e do brilho das joias feitas por seus artesãos. "Há, infelizmente, muitos artistas que não se veem como artista, mas apenas como prestadores de serviço. Eles não sabem quanto custa o próprio trabalho. E foi aí que o Sebrae ajudou bastante, para sabermos precificar", contou Triers Filho, que lembrou inclusive da ajuda disponibilizada até por psicólogos no processo.

Futuro

As IGs são a resposta para o futuro, disse Benjamin Moutet, cuja família está há quase 200 anos produzindo o linho basco. Segundo ele, a IG salvou a companhia. "Além de pontos mais famosos na França, os turistas que nos visitam querem ver tradição, e o selo de IG é o que garante essa autenticidade. A IG sublinha qualidade e história.", comentou.

Os selos brasileiros de **Indicação** Geográfica comunicam a qualidade dos produtos. Para Hulda Giesbrecht, há automaticamente uma melhora na comunicação, com engajamento e reconhecimento às IGs. "É como se dissessem: nós fazemos parte de artesanatos que têm qualidade baseada na origem, que são Diferenciados. E eu digo para os artesãos: levem isso para fora do país", destacou a analista do Sebrae.

Rita Albuquerque, coordenadora de qualificação da gerência de Competitividade da Apex (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos) acrescentou que "mesmo que as micro e pequenas empresas das IGs não impactem, atualmente, na ba-

Continuação: Evento sobre Indicações Geográficas mostra como o registro pode aumentar o orgulho dos artesãos

lança comercial, elas têm impacto muito grande na região onde atuam". Ela aponta a necessidade de qualificação e busca por auxílio em associações e órgãos públicos antes dos artesãos se lançarem na aventura além das fronteiras: "Não tem como ser aventureiro no mercado internacional".

Há toda uma preocupação para se obter o registro da IG, mas também para se manter o selo. Todo o processo é muito burocrático e exige organização. As artesãs da Renda Irlandesa de Divina Pastora, no Sergipe, resolveram o problema criando uma diretoria de técnicas. "Quisemos fortalecer a comunidade e fortalecer as rendeiras no que elas sabem fazer melhor: render", contou Maria José Souza, representante das rendeiras.

Por isso, inclusive, o Sebrae adaptou uma das suas ferramentas para atuar exatamente nesse segmento, como explicou a analista do Sebrae Maíra Fontenele Santana. "O Agente Local de Inovação (ALI) é um agente extensionista que apoia a inovação em-

presarial ou territorial e que visa ao desenvolvimento dos pequenos negócios", comenta. Na sua versão voltada às IG, os ALI trabalham para aumentar o engajamento e melhorar os indicadores do desempenho da IG. Eles também mostram como manter o selo, auxiliam na identificação das oportunidades para melhoria da produtividade e qualidade do produto. Por fim, também ajudam no marketing digital.

Atualmente são 12 as **Indicações** Geográficas (IG) de artesanatos no Brasil: o capim dourado da Região do Jalapão (TO); as panelas de barro de Goiabeira (ES); as peças artesanais em estanho de São João del Rei (MG); as opalas e joias artesanais de Pedro II (PI); os têxteis em algodão naturalmente colorido (P-B); a renda irlandesa da região de Divina Pastora (SE); a renda renascença do Cariri Paraibano; o bordado filé da região das Lagoas Mundaú-Manguaba (AL); o bordado de Caicó (RN); as joias artesanais em prata de Pirenópolis (GO); a produção têxtil de Resende Costa (MG) e as redes de Jaguaruana (CE).

PL das Fake News: relator diz que definição de regulador é o principal impasse

Deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) participou de um debate para discutir o acesso de dados das redes por pesquisadores. Crédito: Viktor Hancek/Picjumbo

O principal impasse que ainda está impedindo a votação do PL das Fake News na Câmara dos Deputados é a definição do órgão que vai regular o tema no país. Essa é a avaliação do deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP), que relata o projeto. Em entrevista ao **JOTA** nesta sexta-feira (30/6), o relator disse que continua trabalhando para aperfeiçoar o texto e torná-lo mais objetivo, mas que a falta de definição da estrutura regulatória impede que a proposta seja examinada no Plenário da Casa. Arthur Lira sinalizou essa semana que vai colocar para votação em breve, temos que aguardar, disse o deputado.

O Projeto de Lei 2630/2020 teve urgência aprovada no final de abril, o que permitia que o texto fosse votado sem precisar tramitar pelas comissões temáticas. A urgência gerou muita controvérsia, e as próprias empresas de tecnologia se manifestaram contra a votação. O Google, na época, divulgou na página principal do seu serviço de buscas um texto contra o PL. Em meio às críticas, no começo de maio, o relator pediu mais tempo para analisar todas as sugestões e o projeto foi retirado da pauta de votação.

Silva falou que desde então não houve grandes avanços na negociação. Ainda está na mesa a proposta da Anatel (Agência Brasileira de Telecomunicações) e a da OAB federal. Estamos avaliando o que funciona melhor.

Para ele, um ponto que pode ajudar a destravar a votação seria a aprovação do PL 2370/2019, de autoria da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que atualiza a Lei de **Direitos** Autorais.

O texto, que é relatado pelo deputado Elmar Nascimento (União Brasil-BA), pode incluir a questão da remuneração de artistas e de jornais pelas empresas de tecnologia um dos pontos mais sensíveis no PL das Fake News. Não necessariamente temos que esperar o PL 2370/2019 para votar, mas seria desejável se ele passasse antes, disse o parlamentar. Segundo ele, o PL dos **direitos** autorais deve ser votado no dia 8 de agosto.

Dados para pesquisa

Orlando Silva participou nesta sexta-feira (30/6) de um seminário na Universidade de São Paulo (USP) para debater o acesso a dados de redes sociais por pesquisadores acadêmicos. O encontro aconteceu após um grupo de pesquisadores solicitar mudanças no texto do PL das Fake News para trazer diretrizes mais claras sobre como seria o acesso a dados das plataformas para fins acadêmicos. A ideia do grupo é que a legislação brasileira siga o modelo da Lei de Serviços Digitais da União Europeia, que tem um mecanismo para permitir que pesquisadores científicos solicitem dados de interesse público.

Pablo Ortellado, professor doutor do curso de Gestão de Políticas Públicas da USP, disse que desde o escândalo da Cambridge Analytica, em 2016, as grandes empresas de tecnologia estão limitando o acesso a dados, o que prejudica uma série de pesquisadores que trabalham com o tema. Com a nova norma europeia, ele acredita que haverá um **boom** de pesquisas sobre redes sociais no continente e teme que, se o Brasil e a América Latina não criarem mecanismos similares, os pesquisadores da região ficarão muito defasados.

Renata Mielli, coordenadora do Comitê Gestor da **Internet** no Brasil, também defende que sejam criados mecanismos regulatórios para garantir o direito de pesquisa de forma democrática. O ambiente di-

Continuação: PL das Fake News: relator diz que definição de regulador é o principal impasse

gital e as plataformas podem ser espaços de estudo e busca de informações estratégicas para pesquisas futuras. Se não criarmos regras de como se dará esse acesso, teremos uma assimetria entre os pesquisadores e o setor privado. O modelo de negócios dessas empresas é baseado na opacidade, não temos acesso a informações básicas, como número de usuários no Brasil, disse a coordenadora.

Os ganhos não seriam somente sociais ou científicos. O professor Virgílio Almeida, do Departamento de Ciência da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais, argumenta que permitir que os pesquisadores acessem os dados de maneira controlada pode ajudar as próprias plataformas a melhorar sua reputação e credibilidade. Com a comunidade acadêmica monitorando, como uma voz autônoma, isso

pode facilitar a comunicação com a sociedade.

Orlando Silva disse que recebeu o manifesto e está estudando maneiras de atender as demandas dos acadêmicos sem prejudicar as empresas. Para ele, o mais importante é definir um método de credenciamento dos pesquisadores e um mecanismo para assegurar a confidencialidade dos dados. Tem que ter segurança para todo mundo, afinal de contas isso é base de um negócio, deve ser protegido. Mas respeitando os mecanismos de proteção e segurança das informações, eu não vejo porque haveria qualquer objeção de acesso a essas informações, disse o relator.

Carolina Ingizza

MIGALHAS nº 5.633

Sexta-Feira, 30 de junho de 2023 - Migalhas nº 5.633.

Fechamento às 09h55.

Registro

Migalhas anuncia que, a partir de hoje, conta com mais um Apoiador:

Silva & Silva Advogados Associados

()

"A vida é o amor, é a paz, / É a doce ilusão e a esperança vivaz."

Machado de Assis

Pride Day

Um dia histórico em Paris. Ministro aposentado Carlos Ayres Britto entregou em mãos para o cantor Elton John uma cópia do acórdão que reconheceu a união estável homoafetiva no Brasil em 2011. "Elton ficou muito emocionado com o nosso gesto e nós mais ainda", disse a filha do ministro. ()

União homoafetiva reconhecida

Em 2011, o STF reconheceu em decisão unânime a união estável para casais do mesmo sexo. As ações foram relatadas pelo ministro Ayres Britto, para quem a CF veda qualquer discriminação em virtude de sexo, raça, cor e que, nesse sentido, ninguém pode ser diminuído ou discriminado em função de sua orientação sexual. ()

Caso Gugu

Ministra Nancy Andrighi determinou liminarmente a suspensão imediata do andamento da ação de reconhecimento de união estável de Rose Miriam e Gugu Liberato. A decisão atendeu a pedido de Thiago

Salvático, que afirma também ter vivido um relacionamento com o apresentador. Para a ministra, o descompasso processual entre as duas ações que pedem reconhecimento é incontroverso e nitidamente prejudicial. ()

Cumpra-se

Presidente do CNJ, Rosa Weber determinou que o TJ/RJ cumpra integralmente as decisões do Conselho e ofereça em seu site, em até 30 dias, a expedição de certidões de distribuição de processos judiciais de qualquer natureza, de forma gratuita, inclusive para as comarcas da capital, Niterói e Campos dos Goytacazes. A ministra também ordenou que o Tribunal divulgue amplamente, com destaque, o oferecimento deste serviço em seu sítio eletrônico e em todos os seus canais de comunicação, inclusive redes sociais. ()

Legítima defesa da honra

STF voltou a discutir a constitucionalidade da legítima defesa da honra em feminicídios. O plenário já decidiu, liminarmente, pela inconstitucionalidade da tese. Agora, julga o mérito da ação. Na sessão de ontem, além das sustentações orais, tivemos o voto do relator, ministro Toffoli, para quem a tese é inconstitucional. ()

Tribunal do Júri

Crítico do Tribunal do Júri, no julgamento da nota anterior, ministro Toffoli fez um apelo à frente parlamentar feminina do Congresso para propor uma Emenda Constitucional para extinguir o instituto. "Esse instituto é que reproduz o machismo da sociedade dentro do Poder Judiciário. Afora as inúmeras possibilidades recursais, diante do seu arcaísmo, de não se chegar nunca à solução. Seja de feminicídios, mas também dos homicídios de maneira geral, que somam mais de 50 mil assassinados por ano." ()

Denúncia recebida

Ainda ontem, o plenário do STF recebeu denúncia da PGR contra o deputado Federal Otoni de Paula por ofensas ao ministro Alexandre de Moraes em lives na internet. Seguindo voto do relator, ministro Nunes Marques, a Corte entendeu que o deputado excedeu em seu direito de livre manifestação de pensamento. ()

3 x 1

TSE tem placar de 3 a 1 para declarar a inelegibilidade de Bolsonaro por oito anos. A sessão continua hoje a partir do meio dia. Ainda faltam votar: Cármen Lúcia, Nunes Marques e, por último, Alexandre de Moraes. Acompanhe, aqui.

Novo Apoiador

Silva & Silva Advogados Associados presta assessoria jurídica ampla e completa ao setor empresarial nas mais diversas áreas do Direito. Com escritórios em Itapema/SC, Florianópolis e Sinop/MT, atua de maneira destacada no contencioso judicial e administrativo, bem como em questões consultivas e na implementação de efetivos mecanismos financeiros, empresariais e patrimoniais. e conheça o novo Apoiador do Migalhas.

SAFs do futebol

Por meio da lei 14.193/21, os clubes de futebol passaram a migrar da associação civil sem fins lucrativos para a empresarial. Com isso, muitas dúvidas foram levantadas. Será que as SAFs vão salvar o futebol brasileiro? Especialistas respondem. ()

Bullying não é carinho

Escola deverá indenizar em R\$ 30 mil aluna vítima de bullying. A 12ª câmara de Direito Privado do TJ/SP confirmou a sentença que previu a indenização. No caso, apesar de científica, a ins-

tituição de ensino não tomou providências contra as humilhações e ainda alegou que as atitudes dos colegas de sala da aluna seriam "demonstrações de carinho". ()

Órgão incompatível

TJ/SP condena hospital público por quase realizar transplante de órgão incompatível. Colegiado entendeu que não são toleráveis erros de informação que, devido à sua gravidade, podem resultar em morte. ()

Passageira indenizada

Uber indenizará passageira agredida por motorista de aplicativo que se recusou a alterar a rota da viagem. A decisão, da 1ª turma recursal dos Juizados Especiais do DF, considerou que a empresa sequer apurou os fatos e não deu assistência à passageira agredida pela motorista. ()

Periculosidade

TST entendeu que funcionário auxiliar de limpeza de transporte aéreo não faz jus ao adicional de periculosidade. ()

Semanário migalheiro

Confira as matérias mais lidas desta semana em Migalhas:

Advogada é condenada por gravar conversa com juiz em gabinete. () STF valida regra de cálculo que reduz pensão por morte do INSS. () STF: Indenização por danos morais pode superar teto da CLT. () Fux pede destaque em ações que analisam reforma da previdência. () Barroso explica voto conjunto no piso da enfermagem: "boa iniciativa". () Fachin cassa decisão que isentou trabalhador de pagar sucumbência. () Toffoli diz para Congresso propor extinção do Júri: "passou da hora". ()

Colunas

German Report

Karina Nunes Fritz traz recente decisão da Corte Infraconstitucional alemã que considerou como ato de concorrência desleal a conduta dos influenciadores digitais que fazem postagens remuneradas nas redes sociais sem informar que se trata de conteúdo pago. A decisão chama a atenção por mostrar que a prática lesa não apenas os seguidores (consumidores), mas também a concorrência. ()

Migalhas de Proteção de Dados

Na coluna de hoje, José Luiz de Moura Faleiros Júnior analisa o recente caso envolvendo a Microsoft, após acusações de que coletava dados pessoais de crianças e adolescentes que se cadastravam no seu serviço de jogos Xbox sem notificar os responsáveis, violando o Children's Online Privacy Protection Act (COPPA). ()

Direito

Neutralidade da rede se refere à igualdade de acesso à informação online. Mas o que isso significa na prática? Veja o que explica o advogado Coriolano Aurélio de Almeida Camargo Santos. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Migalhas de peso

- "Mercado de carbono e concessões florestais", por Luciana Lanna (LEMONS Advocacia Para Negócios). ()

- "Banco Central passará a regular a prestação de serviço de ativos virtuais", por Vicente Piccoli M. Braga, Ana Thereza Aguiar e Pedro Duarte Pinho (FAS Advogados - Focaccia, Amaral e Lamonica Ad-

vogados). ()

- "Agronegócio - Relevância do PIB", por Vinícius Corrêa de Queiroz (Homero Costa Advogados). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Direito Ambiental

BMA Advogados anuncia a contratação de Fernanda A. Tanure como nova sócia para integrar a área Ambiental e Mudanças Climáticas. ()

Solidariedade

Até o dia 10/7, o Instituto JC, iniciativa social da Jacó Coelho Advogados, arrecada roupas e calçados, adulto e infantil, juntamente com itens de higiene bucal para doação à ONG Casa Primícias, que fará a entrega em missões ao Sertão do Brasil. Mais informações com a presidente do Instituto, Alessandra Coelho, no telefone 4004-7800.

Baú migalheiro

Há 65 anos, em 30 de junho de 1958, foi inaugurado o Palácio da Alvorada, em Brasília. O edifício é a residência oficial do presidente do Brasil, situando-se às margens do Lago Paranoá. Foi o primeiro edifício inaugurado na capital Federal. (Compartilhe)

Sorteio

A obra "Aspectos Jurídicos do Coworking" (Lumen Juris - 168pg.), de autoria de Leo Benjamin Fischer e prefácio do jurista Marcelo Terra, tem como objetivo oferecer uma definição jurídica do contrato de coworking e endereçar questões controvertidas que os "players" deste novo mercado enfrentam diariamente. Participe do sorteio! ()

Novidades

Dia 22/7, das 18 às 21h, na Livraria da Vila, no Shopping Pátio Paulista, em SP, acontece o lançamento da obra "Direito Penal do Inimigo - Inconstitucionalidade dos Crimes de Mera Conduta" (Juruá Editora), de autoria de Hélio Silva de Vasconcelos Mendes Veiga e prefaciado pelo ministro Alexandre Padilha. ()

Daniella Zagari e Carolina Amorim Ribeiro, respectivamente sócia e advogada da área Tributária do escritório Machado Meyer Advogados, contribuíram com a redação sobre tendências e desenvolvimentos referente ao mercado brasileiro para o novo guia da "Chambers and Partners". ()

Migalhíssimas

Marcelo Tostes Advogados é apoiador institucional do seminário "A Lei da Sociedade Anônima do Futebol (SAF) e a profissionalização da gestão do futebol no Brasil", realizado pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho, hoje, em SP (). Na oportunidade, o sócio Fernando Drummond participará do "Painel de Abertura". () Dia 3/7, às 9h, Ana Tereza Basilio, sócia da banca Basilio Advogados e vice-presidente da OAB/RJ, participa do "Treinamento Permanente em Processo Civil", com transmissão pelo YouTube [mentoriaoabrj](https://www.youtube.com/mentoriaoabrj). Também participa, na sede da seccional, junto com o presidente da entidade, Luciano Bandeira, do lançamento do "Acordo de cooperação com a Cáritas - Acnur - ONU - OAB/RJ". Às 10h, ela participa do "Treinamento Permanente: Prática em Direito do Consumidor". Luiz Fernando do Vale de Almeida Guilherme (Almeida Guilherme Advogados Associados) coordena os cursos de especialização em "**Mediação** de Conflitos" e "Novas Tecnologias" no programa de pós-graduação da Universidade de Salamanca, Espanha. Inscrições de 4 a 15/7. () Livia Barboza Maia, sócia do escritório Denis Borges Barbosa Advogados e coordenadora do "Curso de Extensão e Fashion Law", do Instituto de Direito da PUC-Rio, palestrará, dia 5/7, às 11h30, sobre "**Propriedade** Intelectual e Sustentabilidade na ca-

deia produtiva da moda", no "II Congresso Catarinense de Direito da Moda da OAB/SC". () Roberto Parentoni (Roberto Parentoni e Advogados) ministra o curso "Advocacia Criminal - A Arte de Defender", abordando diversos temas, desde o início com a montagem de seu escritório, prospecção de clientes, passando pelo inquérito policial até os recursos penais. O curso dá direito a um certificado exclusivo e PDF do livro homônimo que o inspirou. () A nova diretoria da ABRACRIM/SP tomou posse em Brasília, em cerimônia realizada durante o "Encontro Brasileiro da Advocacia Criminal (EBAC)", que aconteceu de 14 a 16/6, em comemoração aos 30 anos de fundação da ABRACRIM. Como ouvidora da Associação, tomou posse Adriana Filizzola D'Urso (D'Urso e Borges Advogados Associados). () TRT-2 empossou o ex-aluno da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, Ricardo Nino Ballarini, como desembargador da Corte. ()

Diálogos

Hoje, às 10h, o IASP promove, de forma híbrida, o evento gratuito "Diálogos com o Ouvidor da Polícia do Estado de São Paulo". ()

Especialização

PUC-SP promove o curso de especialização "Direito Penal e Direito Processual Penal". Descontos de até 25% em matrículas confirmadas hoje. ()

Compliance empresarial

Partindo da perspectiva ESG e tendo como pilares a ética, a integridade e o respeito aos direitos humanos, a FGV Direito SP (FGV LAW) realiza o curso "Compliance Empresarial e Gestão de Riscos Corporativos", com o objetivo de oferecer uma visão interdisciplinar acerca da importância do compliance no contexto empresarial. ()

Mês da diversidade

Ao longo do mês de junho, a OAB/SP se juntou às reflexões, celebrações e debates sobre o contexto da população LGBTQIA+ no Brasil, por meio das ações desenvolvidas pela sua Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero. ()

Direito Processual Civil

AASP realiza, dia 1º/8, às 19h, o curso híbrido "Controvérsias jurisprudenciais sobre a multa periódica (astreintes) nas obrigações de fazer". Inscreva-se! ()

Audiência Trabalhista

Dia 10/8, das 18h30 às 21h30, AATSP - Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo promove o curso híbrido "Aspectos Polêmicos da Audiência Trabalhista e Jurisprudência Atualizada do TRT da 2ª Região e TST". Inscreva-se! ()

Transações comerciais

FGV Direito Rio promove o curso "Transações Comerciais Internacionais", com início em 15/8. Com aulas realizadas em tempo real, mediadas por tecnologia, o curso será ministrado em inglês. ()

Premiados

Sorteio de obra : A obra "A Contratação Direta de Profissionais da Advocacia - Novo Regime Jurídico" (Editora JusPODIVM - 304pg.), coordenada por Marcelo Figueiredo, vai para Fátima Siqueira de Senne Oliveira, de Santo André/SP. () Evento : Os ganhadores das vagas-cortesias online para o curso "Legal Design no processo judicial: visão geral, aspectos teóricos e práticos", que acontece de 3 a 5/7, promovido pela AASP, são Renato Hahn e Antônio João de Oliveira Machado. ()

Bom fim de semana!

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

BA/Madre de Deus

MG/Minas Novas

SC/Rio do Campo

SC/Tangará

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"Justice Rule Against Affirmative Action"

The Washington Post - EUA

"Race-linked admissions struck down"

Le Monde - França

"Les émeutes urbaines se propagent et s'aggravent"

Corriere Della Sera - Itália

"Migranti, più fondi europei"

Le Figaro - França

"La France sous tension extrême"

Clarín - Argentina

"Medida electoral: congelan hasta las PASO los precios de ropa y electrodomésticos"

El País - Espanha

"Feijóo bendice la reforma laboral contra la que votó el PP"

Público - Portugal

"Sintomas de ansiedade e depressão em professores e alunos agravaram-se em 2022"

Die Welt - Alemanha

"Firmenpleiten nehmen in Deutschland wieder zu"

The Guardian - Inglaterra

"Tories risk bitter legal feud after Rwanda policy is ruled unlawful"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Bolsonaro está a um passo de ficar inelegível; e Moraes vota hoje"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Governo muda sistema e define meta contínua de 3% para a inflação"

O Globo - Rio de Janeiro

"Com 3 a 1, TSE deve tornar Bolsonaro inelegível hoje"

Estado de Minas Gerais - Minas Gerais

"Câmara desiste de aumentar número de vereadores"

Correio Braziliense - Brasília

"Polícia investiga rede de pedofilia após 2 prisões"

Zero Hora - Porto Alegre

"Governo mantém meta da inflação e adota modo mais flexível de controle"

O Povo - Ceará

"Taxa do Lixo volta a ser cobrada em Fortaleza"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Decisão que tira Bolsonaro de eleições depende de um voto no TSE"

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | INPI
3

Propriedade Intelectual
5, 11

Marco regulatório | Anvisa
5

Patentes
5

Entidades
5

Denominação de Origem
7

Direitos Autorais
9